

publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 133, de 12 de julho e da Declaração de retificação n.º 883/2013, na BEP de 12 de julho de 2013 (Código de Oferta n.º 0E201307/0179) e na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, resultou para os candidatos aprovados a seguinte lista unitária de ordenação final:

Maria Isabel Landeiro Bargão Pires Henriques — 15,86 valores;  
Elisabete Maria Dias Ramos — 12,06 valores

Faz ainda público que a Lista Unitária de Classificação Final foi homologada por Despacho de 12 de novembro de 2013 da Vogal do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Da homologação da lista de ordenação final cabe recurso hierárquico ou tutelar de acordo com o que determina o n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

Mais se faz público que a Lista de Ordenação Final se encontra afixada no placard da sede e na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P..

15 de novembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207421806

### Aviso n.º 14756/2013

#### Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela — S. Julião da Barra

Nuno Lacasta, Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. torna público que, pelo Despacho n.º 14072/2013, de 4 de novembro de 2013, do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 213 de 4 de novembro de 2013, foi determinado a elaboração da alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela — Forte de S. Julião da Barra (POOC), a qual foi cometida à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

O prazo de elaboração da referida alteração é de 4 meses.

A alteração do POOC visa a prossecução dos seguintes objetivos:

Avaliar as opções de ordenamento dos usos previstos para a ZI-BA — Zona de interesse biofísico das Avenças — atendendo à evolução da situação económica, social, cultural e ambiental e à necessidade de dar cumprimento à legislação em vigor para a zona costeira;

Ponderar as soluções que melhor asseguram a conservação e valorização do património natural e da biodiversidade existente na área, tendo como pressuposto um desenvolvimento sustentável;

Reavaliar a regulamentação aplicável às atividades desenvolvidas na ZIBA e a necessidade de prever outras, designadamente de sensibilização e educação ambiental;

Ponderar a alteração de disposições regulamentares que se encontrem desadequadas e a colmatação de lacunas de regulamentação.

Podem os interessados formular sugestões bem como apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração, devendo fazê-lo por escrito no prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, remetendo-as à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., Av. Almirante Gago Coutinho n.º 30, 1049-066 Lisboa ou através de correio eletrónico para o endereço: ziba.cascais@ambiente.pt. (Cf. n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro).

18 de novembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207421758

### Despacho n.º 15699/2013

#### Nomeação de dirigentes intermédios de 2.º grau

Considerando que o Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março, e a Portaria n.º 108/2013, de 15 de março, aprovaram, respetivamente, a Orgânica e os Estatutos da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA);

Considerando a deliberação n.º 7/CD/2013, de 18 de abril, relativa à criação das unidades flexíveis da APA, I. P.;

Considerando a vacatura dos lugares por força do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro;

O Conselho Diretivo deliberou, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da mesma lei:

1 — Proceder à nomeação, em regime de substituição, dos dirigentes intermédios de 2.º grau a seguir indicados:

a) Licenciado António José Alves Nunes Rodrigues no cargo de Chefe de Divisão de Obras e Segurança;

b) Licenciado José João Monteiro da Rocha Afonso no cargo de Chefe de Divisão do Gabinete de Segurança de Barragens;

2 — Os nomeados têm o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos dos serviços e são dotados da necessária competência e aptidão para o exercício dos respetivos cargos, de acordo com as notas curriculares anexas.

3 — Os nomeados estão autorizados a optar pelo vencimento da carreira/categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

O presente despacho produz efeitos, respetivamente, a partir de 1 de setembro e 7 de outubro de 2013.

15 de novembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

#### Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: António José Alves Nunes Rodrigues

Data de nascimento: 7 de junho de 1954

Natural de: Lisboa

Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia Civil (Ramo de Hidráulica) pelo Instituto Superior Técnico (1977).

Atividade Profissional:

Ingressou na Função Pública em 1976 na ex Direção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, Direção de Serviços de Obras Hidráulicas, Divisão de Construção, como estagiário em regime gratuito, tendo passado a funcionário na ex-Direção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, Direção de Serviços de Obras Hidráulicas, Divisão de Construção em 1977.

De 1983 a 1992 trabalhou na atividade privada em diversas empresas de obras públicas na execução de empreitadas de várias naturezas, nomeadamente estradas, pontes, viadutos, barragens de terra, estações de tratamento e redes de rega e de drenagem.

Em 1993 voltou à Direção-Geral dos Recursos Naturais, Direção de Serviços de Avaliação e Apoio Técnico, Divisão de Construção tendo passado a Assessor Principal do quadro em 2009.

De 1993 até 1994 trabalhou na Direção-Geral dos Recursos Naturais, posteriormente denominado Instituto da Água, I. P. (INAG, IP), Direção de Serviços dos Recursos Endógenos, Divisão de Concessões, com funções de organização e desenvolvimento dos processos de pedidos de licenciamento de utilização dos cursos de água para produção de energia, análise, apreciação de projetos, implantação e fiscalização de aproveitamentos hidroelétricos (mini-hídricas).

Desde 1994 funcionário no ex-Instituto da Água, I. P. (INAG, I. P.), atual APA, I. P., na área das obras de defesa costeira, nomeadamente no acompanhamento da elaboração dos POOCs Caminha-Espinho e Ovar-Marinha Grande e na aprovação dos projetos, lançamento dos concursos e fiscalização e coordenação das empreitadas.

Representou durante 5 anos o ex-MAOT, através do ex-INAG, IP, na Comissão de Classificação de Empresas de Obras Públicas e Particulares (CCEOPP) do IMOPPI, atual INCI, I. P..

Nos últimos 20 anos desenvolveu atividades sobretudo na área de projetos e obras de proteção costeira, de onde se salientam a consolidação das arribas da praia de Albufeira, o quebramar destacado da praia da Aguda, a reabilitação dos esporões e defesas aderentes na

Costa da Caparica, as alimentações artificiais das praias na Costa da Caparica, S. João da Caparica e Albufeira, bem como a reabilitação de vários troços de cordão dunar.

Participou e apresentou trabalhos em diversos congressos nacionais e internacionais de engenharia costeira.

Principais ações de formação profissional:

Curso de Segurança de Barragens

Curso sobre as Alterações no Regime do Tribunal de Contas — INA  
Cursos sobre a Gestão Privada de Serviços Públicos — Parcerias Público/Privadas — INA

O Novo Código de Contratação Pública (CCP)

#### Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: José João Monteiro da Rocha Afonso

Data de Nascimento: 18 de março de 1952

## Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, 1976;  
 Estágio de Hidráulica Sanitária no LNEC;  
 Seminário de Alta Direção do Instituto Nacional de Administração;  
 Participação em cursos e seminários, nas áreas de estruturas e geotecnica, hidráulica, barragens, recursos hídricos.

Carreira na APA (Instituto da Água e organismos que o antecederam):

1976-1993: Técnico Superior na área de estudos e projetos de aproveitamentos hidráulicos;

1993-1996: Chefe da Divisão de Estudos e Projetos;

1997-2005: Diretor de Serviços de Projetos e Obras — responsável por sectores e atividades de aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos, de âmbito nacional e regional (estudos, empreitadas, gestão), segurança de barragens (autoridade nacional de segurança), orla costeira (estudos e intervenções), concessões, expropriações;

2005-2011: Vice-Presidente do Instituto da Água — atuação colegial e de repartição de tarefas, no âmbito das competências do organismo enquanto autoridade nacional da água;

Possui atualmente a categoria de Técnico Superior na APA.

## Outros dados curriculares:

Representação como “Diretor da Água” no âmbito da Estratégia Comum de Implementação da DQA, junto da CE e Presidências da UE, 2005-2015;

Vice-Presidente da Comissão Diretiva da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH), biênio 2000/2001;

Presidente da Comissão Portuguesa para o Programa Hidrológico Internacional da UNESCO (CPPHI), 2005-2015;

Membro da Comissão de Gestão de Albufeiras;

Membro da Comissão de Segurança de Barragens;

Membro da Comissão de Revisão de Regulamentos (LNEC) para revisão dos normativos de segurança de barragens;

Membro e Secretário-Geral da Comissão Nacional Portuguesa de Grandes Barragens (ICOLD);

Presidente do Clube de Comitês Europeus do ICOLD, biênio 2002/2003;

Autor de projetos e estudos na área dos aproveitamentos hidráulicos;

Autor ou coautor de uma dezena de artigos técnicos publicados;

Representação em reuniões e missões exteriores e em vários países, intervenções;

Participação em reuniões e congressos, nacionais e internacionais.

207421903

## Direção-Geral de Energia e Geologia

## Aviso n.º 14757/2013

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que ARGILIS — Extração de Areias, S. A., requereu a atribuição de direitos de exploração de depósitos minerais de caulino, numa área “Guia 2”, localizada no concelho de Pombal, distrito de Leiria, delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema (European Terrestrial Reference System 1989) PT-TM06/ETRS89:

Área Total do pedido, 2,128445 km<sup>2</sup>

Vértice	X (m)	Y (m)
1 .....	- 57755,273	32004,366
2 .....	- 58993,256	31564,346
3 .....	- 59394,100	31947,949
4 .....	- 59701,263	32215,328
5 .....	- 59553,280	33070,325
6 .....	- 58183,290	33067,350

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, ou a manifestarem preferência, por escrito com o devido fundamento, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 87, 5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidos as reclamações. O presente aviso e demais elementos estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

19 de novembro de 2013. — O Diretor de Serviços, *José Silva Pereira*.  
 307413625

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

## Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

## Aviso n.º 14758/2013

Em conformidade com o estipulado na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que nos termos do disposto no artigo 64.º da supracitada lei, com a alteração introduzida pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública de 2013/05/20, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, da técnica superior Maria Rita Tolentino Gorjão Clara de Mira Cruz, no mapa de pessoal da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, mediante celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 06 de junho de 2013, sendo mantida a posição remuneratória entre a 2.ª e a 3.ª e nível remuneratório entre 15 e 19, conforme situação jurídico-funcional existente no organismo de origem.

4 de novembro de 2013. — A Diretora-Geral de Alimentação e Veterinária, *Maria Teresa Villa de Brito*.

207419944

## Aviso n.º 14759/2013

Em conformidade com o estipulado na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que nos termos do disposto no artigo 64.º da supracitada lei, com a alteração introduzida pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública de 2013/03/23, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, do técnico superior Nuno Miguel Nogueira Tuna Rabiço, no mapa de pessoal da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, mediante celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 15 de abril de 2013, sendo mantida a posição remuneratória situada entre a 2.ª e a 3.ª e nível remuneratório entre 15 e 19, conforme situação jurídico funcional existente no organismo de origem.

4 de novembro de 2013. — A Diretora-Geral de Alimentação e Veterinária, *Maria Teresa Villa de Brito*.

207420072

## Aviso n.º 14760/2013

Nos termos do disposto da alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, após a anuência do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., e por meu despacho foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria de assistente operacional, nos termos do disposto no artigo 64.º da supracitada lei, com a alteração introduzida pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, mediante a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de Maria Helena Rodrigues do Passo, com efeitos a 1 de maio de 2013, para o mapa de pessoal desta Direção-Geral, mantendo a 2.ª posição remuneratória o nível remuneratório 2, conforme situação jurídico-funcional existente no organismo de origem.

4 de novembro de 2013. — A Diretora-Geral de Alimentação e Veterinária, *Maria Teresa Villa de Brito*.

207419871

## Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

## Aviso (extrato) n.º 14761/2013

Por despacho de 20 de novembro do Senhor Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 12.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, para os devidos efeitos torna-se público que, Ana Paula da Silva Nunes Sismeiro Pereira e Carlos Miguel Santos da Silva, concluíram com sucesso o período experimental na carreira/categoria de técnico superior, na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 16956/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 20 de dezembro e da celebração com esta Direção-Geral, de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em 1 e 8 de abril de 2013, respetivamente.

22 de novembro de 2013. — O Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Relações Públicas, *Carlos Pestana Trindade*.

207420064